Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

DIREITOS HUMANOS

Maioridade penal preocupa especialistas

Tema veio à tona durante a corrida eleitoral e invadiu o debate da PEC da Segurança Pública, com a inclusão de emendas que antecipam a idade de responsabilização criminal para 16 anos. Pela falta de consenso, matéria foi desmembrada

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

Breno Fortes/CB/D.A Press



Especialistas apontam que algumas capacidades no adolescente ainda estão em formação, como o controle de impulsos e a resistência à pressão

A aprovação da PEC da Segurança Pública, na última terça-feira, abriu espaço, mais uma vez, para a discussão sobre a redução da maioridade penal. Durante a tramitação da proposta no Senado, foram apresentadas emendas que previam a mudança da idade de responsabilização criminal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos. O tema, no entanto, foi desmembrado da PEC e passou a tramitar em propostas autônomas.

A redução da maioridade penal foi promessa de campanha do candidato derrotado à Presidência Flávio Bolsonaro. O presidente Lula chegou a dizer ser favorável, em casos de crime hediondo. O tema, no entanto, divide especialistas. Alguns questionam a eficácia da medida no combate à criminalidade e apontam desafios constitucionais e estruturais para sua implementação. Para estudiosos da área, o país já dispõe de mecanismos para responsabilizar adolescentes, mas enfrenta dificuldades para garantir o funcionamento adequado do sistema socioeducativo.

O secretário-executivo da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, Lucas Lopes, destaca que a capacidade de compreender a proibição de determinada conduta não significa que o adolescente tenha o mesmo nível de autocontrole de um adulto. Segundo ele, o desenvolvimento cerebral durante essa fase envolve capacidades que ainda estão em formação, como o controle de impulsos e a resistência à pressão de grupos.

Lopes ressalta que a adolescência também é marcada pela plasticidade cerebral, capacidade de adaptação do cérebro às experiências e à aprendizagem. Para ele, esse aspecto deve orientar as políticas públicas. "O ato cometido exige responsabilização, mas não deve ser tratado como uma identidade definitiva", afirma. Para ele, a redução da idade penal não antecipa o amadurecimento dos jovens, apenas modifica o sistema ao qual serão submetidos.

O representante da coalizão também questiona a viabilidade da proposta. Ele destaca que os defensores da redução precisam explicar onde os adolescentes cumpririam as penas, como seria garantido o atendimento adequado ao desenvolvimento e de que forma a medida seria financiada. "A gravidade do ato exige uma resposta séria, mas a seriedade da resposta precisa ser medida também pela capacidade de evitar novas vítimas", argumenta.

A secretária-executiva da Coalizão pela Socioeducação, Thaisi Bauer, também defende o fortalecimento do modelo atual. Ela lembra que adolescentes podem ser responsabilizados a partir dos 12 anos, com aplicação de diferentes medidas socioeducativas, incluindo a internação por até três anos. Atualmente, mais de 12 mil adolescentes estão privados de liberdade no país.

Na visão dela, o problema está na dificuldade do Estado em cumprir a legislação. Inspeções realizadas pela coalizão identificaram unidades com características prisionais, denúncias de tortura, práticas de isolamento e dificuldades de acesso à educação e à saúde. "O Brasil não precisa enfraquecer a legislação socioeducativa, mas garantir que ela seja efetivamente cumprida, com investimentos, fiscalização e compromisso com os direitos dos adolescentes", afirma.

A especialista também questiona a relação entre o endurecimento das punições e a redução da criminalidade. Segundo ela, não existem evidências consistentes de que a redução da maioridade penal diminua os índices de violência.

"A população tem todo o direito de exigir uma segurança pública que funcione, mas precisamos questionar o que está sendo apresentado como solução. Reduzir a maioridade penal não melhora a investigação dos crimes, não interrompe o financiamento das facções, não combate o tráfico de armas e tampouco impede o recrutamento de adolescentes pelo crime organizado."

Ineficência

Um estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontou taxas de reentrada de 23,9% no sistema socioeducativo e de 42,5% no sistema prisional. Para Bauer, os dados reforçam a preocupação com o encaminhamento de adolescentes ao sistema penal adulto.

Thaisi acrescenta que, conforme o levantamento Sinase 2025, 71,7% dos adolescentes atendidos estavam em sua primeira vinculação registrada ao sistema socioeducativo. Além disso, atos análogos a homicídios representam 0,5% das infrações praticadas por adolescentes. De acordo com a secretária, o debate sobre segurança pública deveria priorizar a investigação dos crimes, o combate ao tráfico de armas e a responsabilização dos adultos que recrutam jovens para organizações criminosas.

Entre os desafios do sistema atual, Bauer cita dados do Sinase 2025 segundo os quais 63% dos adolescentes em restrição ou privação de liberdade apresentam distorção idade-série. Outros 53,7% cumprem medidas fora do município onde residem, enquanto 27,7% dos internados não receberam visitas familiares no mês de referência. Ela defende investimentos em educação, saúde, profissionalização e acompanhamento familiar, além do enfrentamento à violência institucional e ao racismo.

No campo jurídico, a redução da maioridade penal também enfrenta divergências. O advogado criminalista Guilherme Augusto Mota, sócio do escritório Guilherme Mota Advogados, explica que a Constituição estabelece a inimputabilidade penal dos menores de 18 anos.

Segundo ele, há uma corrente jurídica que considera essa proteção uma garantia individual e, portanto, uma cláusula pétrea, o que impediria sua alteração por emenda constitucional. Outra interpretação admite a possibilidade de mudança, desde que preservados os direitos fundamentais dos adolescentes.

Mota ressalta que a discussão provavelmente seria submetida ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ele alerta para os riscos de inserir adolescentes em um sistema penitenciário que já enfrenta problemas estruturais e influência de organizações criminosas. "Segurança pública não se mede apenas pela quantidade de pessoas que conseguimos prender, mas também pela capacidade de impedir que voltem a cometer crimes", afirma.

Na avaliação da advogada constitucionalista e professora universitária Lívia Medeiros, a alteração por meio de emenda constitucional é controversa, especialmente porque retiraria de jovens de 16 e 17 anos uma proteção assegurada expressamente pela Constituição. Lívia destaca que tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, orientam que menores de 18 anos sejam submetidos a um sistema de Justiça especializado.

A advogada lembra que adolescentes a partir dos 12 anos já podem responder por atos infracionais. Em casos de violência ou grave ameaça, o juiz pode determinar a internação, com duração máxima de três anos e reavaliação obrigatória a cada seis meses. A liberação é compulsória aos 21 anos.

Para Lívia, as críticas ao modelo atual envolvem tanto o limite de duração da internação diante de crimes graves quanto as falhas na execução das medidas. "Levantamentos e fiscalizações apontam lacunas no acesso à escolarização e à profissionalização durante o cumprimento das medidas. A primeira crítica discute a duração da resposta estatal. A segunda questiona se, durante esse período, o Estado oferece as condições previstas em lei para a reintegração do adolescente".

Alertas de chuvas fortes disparam pelo país

Tempestades e ventos provocaram alagamentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ontem. Segundo o sistema de alerta do estado, todas as zonas da capital, além da Baixada Fluminense, foram atingidas por fortes chuvas.

A Defesa Civil enviou aos moradores, por SMS e WhatsApp, um aviso de "Alerta Extremo" para o risco de alagamentos. Segundo o órgão, o município do Rio entrou no nível 2 do estágio operacional, que indica alto risco de ocorrências de grande impacto na cidade. Ainda há possibilidade de uma nova mudança de estágio. A escala de risco vai até o nível 5.

"A Defesa Civil enviou alertas via SMS e WhatsApp para a população às 14h43 e alerta via Cellbroadcast às 15h44. Uma sirene foi acionada na Comunidade Comandante Luiz Souto, no Tanque/Praça Seca, em Jacarepaguá", informou o Centro de Operações e Resiliência da Prefeitura do Rio (COR-Rio), em nota.

Os ventos atingiram maior intensidade em Seropédica, onde as rajadas chegaram a 97 km/h. No aeroporto do Galeão, a velocidade alcançou 80 km/h. Devido às condições climáticas, o tráfego na Ponte Rio-Niterói chegou a ser totalmente suspenso.

O aeroporto do Galeão registrou o redirecionamento de quatro voos para outros aeroportos. Até o momento, nenhum voo havia sido cancelado.

Chuvas pelo país

Em São Paulo, a Defesa Civil emitiu 44 alertas sobre chuvas fortes e ventos na cidade. Os moradores também receberam mensagens de perigo por SMS e WhatsApp, por meio do sistema Cell Broadcast. Segundo o órgão, a capital paulista enfrentou chuvas intensas, raios, rajadas de vento superiores a 60 km/h e queda de granizo, além de alagamentos.

Defesa Civil do RJ



Chuva e ventos fortes atingem várias regiões do Rio de Janeiro

No Rio Grande do Sul, tempestades, tornados e rajadas de vento atingiram o estado desde quinta-feira. Na madrugada de ontem foram registrados dois tornados nos municípios de Santo Augusto e Palmeira das Missões. Até a tarde de sexta-feira, 23.649 pessoas haviam sido afetadas, cinco estavam feridas e 17 municípios apresentavam danos. Ao todo, 868 casas ficaram destelhadas e 104 foram atingidas por alagamentos.

Em Santa Catarina, as chuvas em Lages afetaram 300 pessoas e provocaram alagamentos em 15 pontos da cidade. Foram registrados 95 milímetros de precipitação.

Em Curitiba, no Paraná, foram registradas cerca de 300 ocorrências relacionadas à queda de árvores e galhos. As rajadas de vento chegaram a 72,72 km/h. As chuvas deixaram mais de 275 mil imóveis sem energia elétrica no estado.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), as regiões Sul e Sudeste também estiveram sob alerta para condições climáticas severas, com previsão de chuva superior a 60 mm por hora ou 100 mm por dia, rajadas de vento acima de 100 km/h e queda de granizo. O cenário representava alto risco de danos a edificações, interrupções no fornecimento de energia elétrica, prejuízos às plantações, queda de árvores e alagamentos.

Na região Centro-Oeste, o alerta foi de perigo potencial, com previsão de chuva entre 20 e 30 mm por hora ou até 50 mm por dia, acompanhada de ventos intensos, que poderiam variar de 40 a 60 km/h, e possibilidade de queda de granizo. Havia baixo risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica, danos às plantações, queda de galhos de árvores e alagamentos.

A Defesa Civil orienta a população a adotar medidas preventivas para reduzir os riscos durante situações de emergência. Entre as recomendações estão desligar os aparelhos elétricos e o quadro geral de energia. Em caso de emergência, pode-se entrar em contato com a Defesa Civil, pelo telefone 199, ou com o Corpo de Bombeiros, pelo número 193. (**MBG**)